Contrato de Licença de Uso e Prestação de Serviços — Termos de Uso da Plataforma

Última atualização: 21 de julho de 2026

1. Partes e definições

São partes a Eos Fin Ltda, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.684.942/0001-74, com sede na Av. Pres. Vargas, 1265, Jardim América, Ribeirão Preto/SP, CEP 14020-260, que atua sob a marca "Eos Financiamentos" (eosfin.com.br) ("Eos"), como CONTRATADA, e a pessoa jurídica qualificada no cadastro eletrônico da Plataforma, representada pelo Administrador da Conta, como CONTRATANTE.

Termos em maiúscula têm o significado abaixo:

- **Plataforma:** o conjunto de site, aplicativos e módulos da Eos, incluindo gestão (ERP/SaaS), apoio à análise de crédito e à cobrança, VSaaS e serviço como plataforma.
- **Módulos:** funcionalidades contratadas conforme o Plano, podendo ser acrescidas ou descontinuadas.
- **FIDC:** fundo de investimento em direitos creditórios, próprio ou de terceiro, que adquire os recebíveis; a Eos não é o adquirente.
- **Cedente e Sacado:** respectivamente, quem antecipa o recebível e quem o paga.
- **Certificado A1 e Documentos Fiscais:** conforme o Termo de Autorização e Custódia do A1 e a Política de Privacidade.
- **Conta, Administrador da Conta, Contador, Usuário e Plano:** os cadastros e perfis de acesso e o plano de contratação.

2. Objeto e natureza

O objeto é a licença de uso da Plataforma e a prestação, pela Eos, de serviços de tecnologia — captura e organização de documentos fiscais, gestão e funcionalidades de apoio à análise de crédito e à cobrança de recebíveis, e demais Módulos contratados.

A Eos atua exclusivamente como prestadora de serviços de tecnologia. A Eos não é banco, instituição financeira, sociedade de crédito ou administradora de recursos, não realiza atividade privativa de instituição financeira e não capta recursos do público. Eventuais operações financeiras — tais como concessão de crédito, antecipação, cessão ou aquisição de recebíveis e a respectiva cobrança —, se houver, são realizadas por instituições financeiras parceiras e/ou por fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC), próprio ou de terceiro, mediante instrumentos próprios; a Eos limita-se a prover a tecnologia que viabiliza esses serviços.

3. Adesão e aceite

A adesão ocorre pelo Aceite eletrônico do Administrador da Conta a estes Termos, à Política de Privacidade e, quando aplicável, ao DPA e ao Termo do A1. O Aceite tem validade jurídica (MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020) e vincula a CONTRATANTE, o Administrador e os Usuários. O Administrador declara ter poderes para representar a CONTRATANTE.

4. Módulos e serviços

- **Gestão (ERP/SaaS):** captura, organização e análise de documentos e dados, com relatórios e painéis.
- **Apoio à análise de crédito:** indicadores, score e regras a partir de dados fiscais e de bureaus, como ferramenta de apoio à decisão da instituição financeira ou do FIDC, com revisão nos termos do art. 20 da LGPD.

- **Apoio a crédito e cobrança para FIDC:** funcionalidades tecnológicas de apoio à originação, à análise, à conciliação e à cobrança de recebíveis adquiridos por FIDC ou por instituição financeira parceira.
- **VSaaS e serviço como plataforma:** funcionalidades entregues como serviço, sujeitas a estes Termos e a condições específicas.

Novos Módulos poderão ser oferecidos, gratuita ou onerosamente, sujeitos a estes Termos e a condições próprias.

5. Certificado digital, procurações e acesso aos sistemas fiscais

Quando a CONTRATANTE fornecer certificado A1 ou outorgar procurações para captura de dados, aplicam-se o Termo de Autorização e Custódia do A1 e os instrumentos de procuração, que integram a relação. Para a captura de notas fiscais de saída por autXML, a CONTRATANTE deverá incluir o CNPJ da Eos, nº 45.684.942/0001-74, no campo (tag) autXML. A Eos utiliza as credenciais apenas para as finalidades contratadas, sem interferir no funcionamento do certificado.

A Eos não responde pela veracidade, precisão ou pontualidade dos documentos e dados obtidos perante a Receita Federal, Secretarias da Fazenda e Prefeituras, cujos sistemas podem sofrer indisponibilidade, atraso ou falha alheios à Eos.

6. Conta, usuários e obrigações da CONTRATANTE

- fornecer informações verdadeiras e manter o cadastro atualizado; possuir os poderes e autorizações necessários para os dados e certificados que fornecer;
- zelar pelo sigilo das credenciais, que são pessoais e intransferíveis, e comunicar imediatamente qualquer comprometimento;
- gerir os Usuários e seus níveis de acesso, respondendo por seus atos; e usar a Plataforma conforme a lei e estes Termos.

7. Vedações

São vedados: usar a Plataforma para fins ilícitos ou diversos do contratado; copiar, ceder, sublicenciar, revender, alugar, reproduzir ou fazer engenharia reversa da Plataforma ou de seus Módulos; empregar técnicas nocivas (exploits, malware, scraping abusivo) ou interferir na segurança e no funcionamento; e usar indevidamente dados de outros usuários ou terceiros.

8. Nível de serviço

A Eos empregará esforços comercialmente razoáveis para manter a Plataforma disponível, ressalvadas manutenções programadas e a dependência de sistemas de terceiros (órgãos fiscais, provedores, instituições financeiras). A Eos não garante operação ininterrupta ou isenta de erros, nem compatibilidade com todo software de terceiros.

9. Proteção de dados

O tratamento de dados pessoais observa a Política de Privacidade e, quando a Eos atuar como operadora, o Acordo de Tratamento de Dados (DPA), que integram estes Termos. As responsabilidades em matéria de proteção de dados seguem a LGPD, não sendo afastáveis por estes Termos.

10. Propriedade intelectual

A Plataforma, o software, as marcas, os modelos, as regras e o conteúdo são de titularidade exclusiva da Eos, que concede à CONTRATANTE licença limitada, não exclusiva, intransferível e revogável, apenas para o uso previsto. A CONTRATANTE não adquire direito sobre a Plataforma. Melhorias e configurações desenvolvidas pela Eos permanecem da Eos; sugestões e feedback poderão ser incorporados sem gerar direito ou contraprestação à CONTRATANTE.

Os dados da CONTRATANTE permanecem da CONTRATANTE, que concede à Eos licença para tratá-los conforme o contrato e a Política.

11. Preço e pagamento

A CONTRATANTE pagará o valor do Plano contratado, por cartão de crédito, boleto ou Pix, conforme disponibilizado. Nas negociações diretas, prevalecem os termos acordados. O atraso sujeita a CONTRATANTE a multa moratória de 2%, correção pelo IPCA (ou índice que o substitua) e juros de 1% ao mês. Os preços poderão ser reajustados mediante aviso prévio de 30 dias.

12. Suspensão

A Eos poderá suspender o acesso em caso de violação destes Termos ou de inadimplência não sanada, mediante aviso, preservado o acesso da CONTRATANTE à exportação dos seus dados na forma da Política.

13. Limitação de responsabilidade

Nos limites da lei, a Eos não responde por: decisões tomadas pela CONTRATANTE com base nas informações da Plataforma; falhas ou indisponibilidade de sistemas de terceiros (órgãos fiscais, provedores, instituições); e caso fortuito ou força maior (art. 393 do Código Civil). A responsabilidade da Eos por danos diretos comprovados relacionados ao serviço limita-se ao valor pago pela CONTRATANTE nos 12 (doze) meses anteriores ao evento.

As limitações acima não se aplicam — e não afastam — a responsabilidade decorrente de dolo, fraude ou da legislação de proteção de dados (arts. 42 a 45 da LGPD) e de consumo, quando incidentes, que seguem o respectivo regime legal.

14. Indenização e confidencialidade

A CONTRATANTE manterá a Eos indene por perdas decorrentes do uso indevido da Plataforma, da violação destes Termos e de atos de seus Usuários, Administrador ou Contador, bem como da ausência de base legal para os dados que fornecer. As Partes guardarão sigilo das informações confidenciais a que tiverem acesso, obrigação que sobrevive ao término.

15. Conduta e anticorrupção

As Partes observarão a legislação anticorrupção e concorrencial e o Código de Conduta da Eos (eosfin.com.br/legal/conduta). Condutas contrárias podem ser reportadas ao canal de denúncias (denuncias@eosfin.com.br).

16. Vigência, rescisão e multa

Estes Termos vigoram a partir do Aceite, pelo prazo do Plano; sem prazo determinado, por prazo indeterminado, resilível por qualquer Parte mediante aviso de 30 dias. Nos Planos por prazo determinado, o encerramento antecipado imotivado pela CONTRATANTE enseja multa compensatória de 30% das mensalidades vincendas; a mesma multa é devida pela Eos se ela encerrar imotivadamente, ressalvados caso fortuito e força maior. Não há multa quando o encerramento decorrer de descumprimento essencial não sanado em 30 dias, de alteração de preço/condição não aceita ou de descontinuação da Plataforma pela Eos.

17. Disposições gerais, lei e foro

Estes Termos não geram vínculo societário, de franquia ou de trabalho. A nulidade de uma cláusula não afeta as demais. A Eos poderá ceder este contrato a empresa do seu grupo econômico, mediante aviso. Alterações serão comunicadas; o uso continuado após a comunicação implica concordância, sem redução de direitos. Regem-se pelas leis brasileiras; foro da Comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Admite-se assinatura e aceitação eletrônica.

Data da última atualização: 21 de julho de 2026.